ADVOGADO(A) INDICADO : LOURINALDO SILVESTRE DE LIMA FILHO
(A)
ADVOGADO : LOURINALDO SILVESTRE DE LIMA FILHO (9086/RN)
FISCAL DA LEI : Procurador Geral Eleitoral
INTERESSADO : TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO
NORTE

index: LISTA TRÍPLICE (11545)-0600210-56.2024.6.00.0000-[Processamento de Lista Tríplice]-
RIO GRANDE DO NORTE-NATAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

LISTA TRÍPLICE (11545) N. 0600210-56.2024.6.00.0000 - NATAL - RIO GRANDE DO NORTE

Relatora: Ministra Cármen Lúcia

Interessado: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

Advogada indicada: Fabiana de Souza Pereira

Advogado indicado: Felipe Maciel Pinheiro Barros

Advogado indicado: Lourinaldo Silvestre de Lima Filho

DESPACHO

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte - TRE/RN encaminhou lista tríplice elaborada pelo Tribunal de Justiça daquele Estado para preenchimento de vaga de juiz substituto, da classe reservada aos advogados, pelo término do primeiro biênio do Dr. Daniel Cabral Mariz Maia, ocorrido em 30.3.2024. A lista é composta pela Advogada Fabiana de Souza Pereira e pelos Advogados Drs. Felipe Maciel Pinheiro Barros e Lourinaldo Silvestre de Lima Filho (ID 160326696).

2. Como sugere a Assessoria Consultiva do Tribunal Superior Eleitoral - Assec em seu parecer (ID 161050926), providencie-se a publicação do edital com a lista tríplice, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 25 do Código Eleitoral.

Publique-se e intime-se.

Brasília, 24 de maio de 2024.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO(1298) Nº 0000323-45.2013.6.00.0000

PROCESSO : 0000323-45.2013.6.00.0000 PROCESSO ADMINISTRATIVO (BRASÍLIA - DF)

RELATOR : STF1 - ocupado pelo Ministro Presidente Alexandre de Moraes

Destinatário : interessados

FISCAL DA LEI : Procurador Geral Eleitoral

INTERESSADO : TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL .

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SÚMULA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000323-45.2013.6.00.0000 - BRASÍLIA - DISTRITO
FEDERAL

Relator: Ministro Alexandre de Moraes

Interessado: Tribunal Superior Eleitoral

Atualiza a jurisprudência sumulada do TSE.

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, inciso XV, do Código Eleitoral, resolve aprovar a proposta de edição do seguinte verbete de súmula:

SÚMULA Nº 73 /TSE	A fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir: (1) votação zerada ou inexpressiva; (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros. O reconhecimento do ilícito acarretará: (a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

Brasília, 16 de maio de 2024.

MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - PRESIDENTE E RELATOR

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000323-45.2013.6.00.0000 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Relator: Ministro Alexandre de Moraes

Interessado: Tribunal Superior Eleitoral

SÚMULA 73 DO TSE. APROVAÇÃO.

A fraude à cota de gênero consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97 configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso assim permitirem concluir: (i) votação zerada ou inexpressiva; (ii) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (iii) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros. O reconhecimento do ilícito acarretará: (i) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (ii) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (iii) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, em aprovar a criação da Súmula nº 73 do TSE com o seguinte teor: "A fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir: (1) votação zerada ou inexpressiva; (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros. O reconhecimento do ilícito acarretará: (a) a cassação do Demonstrativo

de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.", nos termos do voto do relator, com os ajustes propostos pelos Ministros Nunes Marques e Raul Araújo, vencida, parcialmente, a Ministra Isabel Gallotti.

Brasília, 16 de maio de 2024.

MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES: Senhores Ministros, trata-se de proposta de criação da Súmula nº 73 do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL referente ao tema de fraude à cota de gênero.

A cota de gênero de candidaturas femininas é um relevante instrumento que tem por objetivo assegurar não apenas a participação formal, mas também a efetiva participação feminina nas eleições, de modo a atenuar o déficit de representatividade em mandatos eletivos ocupados por mulheres.

Nesse aspecto, relevante é a atuação da JUSTIÇA ELEITORAL na apuração de condutas que objetivem burlar o sistema previsto no art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997.

Tendo em vista a relevância do tema e as eleições que se avizinham, fica evidente a necessidade de uniformização de nossa jurisprudência, por intermédio de edição de súmula.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (Presidente): Senhores Ministros, trata-se de proposta de edição da Súmula nº 73 do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, que visa identificar os elementos suficientes para caracterizar a burla à cota de gênero prevista no art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997 e as consequências jurídicas da prática de fraude à referida regra.

A partir do *leading case* REspEI 193-92, rel. Min. JORGE MUSSI, *DJe* de 17/9/2019, o TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL firmou entendimento no sentido de que a fraude à cota de gênero de candidaturas representa afronta aos princípios da igualdade, do pluralismo político e da cidadania, e a prova de sua ocorrência, verificada a partir das circunstâncias fáticas do caso concreto, acarreta a cassação de todos os candidatos registrados pela legenda.

No julgamento do Caso Jacobina, este Tribunal assentou as bases para a caracterização da fraude, quais sejam: votação zerada ou inexpressiva, prestação de contas zerada, padronizada ou com baixa movimentação financeira, bem como a ausência de atos de campanha, as quais constituem elementos suficientes para evidenciar o propósito de burlar a regra do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997.

A propósito, cito a ementa do AgR-AREspe 0600651-94, de minha redatoria, *DJe* de 30/6/2022:

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. FRAUDE À COTA DE GÊNERO. ART.10, § 3º, DA LEI 9.504/97. CONFIGURADO. PROVIMENTO.

1. A fraude à cota de gênero de candidaturas femininas representa afronta aos princípios da igualdade, da cidadania e do pluralismo político, na medida em que a *ratio* do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997 é ampliar a participação das mulheres no processo político-eleitoral.

2. Ação de Investigação Eleitoral julgada improcedente na origem, consubstanciada na fraude à cota de gênero, considerando a juntada extemporânea de documentos pelas candidatas revéis, o

que é vedado pela norma processual vigente e importa em efetivo prejuízo diante da reforma da sentença então condenatória.

3. Existência de elementos suficientemente seguros para a condenação dos Investigados, diante da comprovação do ilícito eleitoral: (i) as 4 (quatro) candidatas não obtiveram nenhum voto; (ii) as contas apresentadas são absolutamente idênticas, em que registrada uma única doação estimável realizada pela mesma pessoa, no valor de R\$ 582,00 (quinhentos e oitenta e dois reais); (iii) não houve atos efetivos de campanha; (iv) não tiveram nenhuma despesa; (v) não apresentaram extratos bancários ou notas fiscais; e (vi) o Partido das Investigadas não investiu recursos em suas campanhas.

4. Caracterizada a fraude e, por conseguinte, comprometida a disputa, observam-se as seguintes consequências: (i) a cassação dos candidatos vinculados ao DRAP, independentemente de prova da sua participação, ciência ou anuência; (ii) a inelegibilidade àqueles que efetivamente praticaram ou anuíram com a conduta; e (iii) a nulidade dos votos obtidos pela Coligação, com a recontagem do cálculo dos quocientes eleitoral e partidários, nos termos do art. 222 do Código Eleitoral. Cumprimento imediato, independente de publicação.

5. Recurso Especial provido.

Ficaram definidas, igualmente, as consequências do ilícito eleitoral, entre elas, i) a cassação dos candidatos vinculados ao DRAP, independentemente de prova da sua participação, ciência ou anuência; (ii) a inelegibilidade daqueles que efetivamente praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); e (iii) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com recálculo dos quocientes eleitoral e partidários.

Este TRIBUNAL SUPERIOR tem reiteradamente apreciado casos envolvendo a prática de fraude à cota de gênero e suas consequências jurídicas, como se infere dos julgados abaixo:

I. MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE). TEORIA DA CAUSA MADURA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. FRAUDE À COTA DE GÊNERO. PROVAS ROBUSTAS. COMPROVAÇÃO. PROVIMENTO.

1. Prevalece o entendimento perante esta Corte de que "[...] *é possível o julgamento da causa diretamente pelo tribunal regional ("teoria da causa madura"), sem que isso implique violação ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal, conforme disposto no § 3º do art. 1.013, do Código de Processo Civil (AgR-REspe Nº 543-38/SC, Rel. Min. Admar Gonzaga, DJe de 2.2.2018)*. Além disso, esta Corte também já assentou ser possível a aplicação da causa madura não apenas para os casos em que a matéria era exclusivamente de direito, mas também quando presentes nos autos todos os elementos de provas suficientes para o deslinde da causa (AgR-REspe nº 6-03/MS, Relator Min. Henrique Neves, DJe 12.8.2014). No caso, foram examinados todos os elementos de prova colacionados bem como os argumentos apresentados pelas partes.

2. É também assente que "*ante a falta de previsão na Lei Complementar 64/1990 e o caráter indisponível dos interesses envolvidos, não há depoimento pessoal dos investigados em sede de AIJE.*" Todavia, eles não estão impedidos de fazê-lo, caso a isso se disponham, conforme assentado na jurisprudência desta Corte Superior. No presente caso, sequer há prejuízo, uma vez que os fatos incontroversos dos autos já são suficientes para o deslinde da causa, sendo dispensáveis os referidos depoimentos para o que se pretende comprovar na hipótese.

3. A fraude à cota de gênero de candidaturas femininas representa afronta aos princípios da igualdade, da cidadania e do pluralismo político, na medida em que a *ratio* do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997 é ampliar a participação das mulheres no processo político-eleitoral.

4. Pela moldura fática contida no Acórdão Regional, delineada a partir de conteúdo probatório contundente (certidão de composição do partido, resultado da votação para os candidatos do MDB, extrato da prestação de contas parcial de Mayara e *prints* de *posts* publicados por Rosângela e Mayara em rede social), é incontroverso que: (i) Rosângela não foi votada no pleito de 2020 e não apresentou as contas de sua campanha; (ii) Mayara conquistou somente um voto e recebeu apenas duas doações estimadas, no montante de R\$ 531,50; (iii) Rosângela pediu votos para o candidato a prefeito pela coligação da qual fazia parte seu partido, Reinaldo Junior; (iv) As publicações de Mayara, por seu turno, foram a favor de Reinaldo Junior e, a partir de 6 de outubro, nota-se campanha em prol de diversos candidatos a vereador pelo MDB e por outros partidos.

5. Caracterizada a fraude e, por conseguinte, comprometida a disputa, a consequência jurídica é: i) a cassação do registro dos candidatos vinculados ao Drap; ii) a inelegibilidade daqueles que efetivamente praticaram ou anuíram com a conduta; e iii) a nulidade dos votos obtidos pela Coligação, com a recontagem do cálculo dos quocientes eleitoral e partidários, nos termos do art. 222 do Código Eleitoral. 6. Recurso Especial provido.

(AREspE 0601060-42, *DJe* 29/9/2023).

No mesmo sentido: AREspE 0600722-53, *DJe* de 2/8/2023; AREspE 0601558-98, *DJe* de 24/8/2023.

II. MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - AIJE E AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO - AIME. JULGAMENTO CONJUNTO. ALEGAÇÃO DE FRAUDE À COTA DE GÊNERO. § 3º DO ART. 10 DA LEI N. 9.504/1997. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. DESCONFORMIDADE DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES PARA A CARACTERIZAÇÃO DA FRAUDE. POSSIBILIDADE DE REVALORAÇÃO. AGRAVOS E RECURSOS ESPECIAIS ELEITORAIS PROVIDOS.

1. O reenquadramento jurídico do acervo fático-probatório delineado na decisão recorrida não se confunde com reexame do acervo dos autos e, por isso, não esbarra no óbice da Súmula n. 24 deste Tribunal Superior.

2. Pelo quadro fático delineado no acórdão e constante da decisão agravada, conclui-se que a decisão proferida pelo Tribunal de origem não se harmoniza com a orientação deste Tribunal Superior.

3. Pela jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, a comprovação da concomitância de a) votação zerada ou inexpressiva, b) não realização de atos de campanha em benefício próprio, c) realização de campanha para terceiros concorrentes ao mesmo cargo e d) ausência de movimentação financeira relevante ou prestação de contas zerada é suficiente para a caracterização da fraude à cota de gênero.

4. Agravo e recurso especial providos para julgar procedente os pedidos na AIJE e na AIME pela prática de fraude à cota de gênero, determinando-se: a) a cassação dos mandatos dos candidatos vinculados ao DRAP do Diretório Municipal do Republicanos de Biritiba Mirim/SP nas Eleições 2020; b) a nulidade dos votos obtidos pelo partido Republicanos na eleição proporcional, com o recálculo dos quocientes eleitoral e partidário, como estabelece o art. 222 do Código Eleitoral; c) a aplicação da inelegibilidade pelo período de oito anos a Neide Aparecida Geronymo Frias; d) o cumprimento imediato da decisão, independente de publicação do acórdão.

(REspEI 0600002-67, *DJe* de 22/3/2024).

No mesmo sentido: REspEI 0600550-31, *DJe* de 22/3/2024; AREspE 0600001-02, *DJe* de 21/2/2024.

III. MINISTRO KÁSSIO NUNES MARQUES

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. VEREADOR. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. FRAUDE À COTA DE GÊNERO. CANDIDATURA FEMININA FICTÍCIA. PRESENÇA DE ELEMENTOS QUE DENOTAM A CONFIGURAÇÃO DO ILÍCITO. CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

1. A formalização de renúncia à candidatura torna-se indiferente quando possível constatar a presença de padrões indicativos de fraude, a exemplo da ausência de gastos eleitorais e da não realização de atos de campanha durante todo o período em que a candidata se manteve na disputa, tendo em vista que tais elementos denotam que nunca houve, de fato, a pretensão de concorrer ao pleito.

2. A obtenção de votação zerada ou ínfima, a escassa movimentação financeira, a ausência de atos efetivos de campanha e, na hipótese, o não voto da candidata em si mesma denotam o propósito de burlar o cumprimento da norma que estabelece o percentual mínimo necessário de candidaturas femininas.

3. Agravo interno provido para, dando provimento ao agravo e parcial provimento ao recurso especial eleitoral, julgar procedente o pedido formalizado na AIJE para (i) decretar a nulidade de todos os votos auferidos pelo PMB de Goiânia no pleito proporcional de 2020; (ii) determinar o recálculo dos quocientes eleitoral e partidário; (iii) cassar os registros e, por consequência, os diplomas dos candidatos vinculados ao respectivo DRAP; e (iv) cominar a sanção de inelegibilidade prevista no art. 22, XIV, da Lei Complementar n. 64/1990 a Ângela Socorro Soares Barbosa, a Marta de Jesus Chaveiro e a Rosélia José da Costa.

(AgR-AREspE 0600249-50, *DJe* de 5/3/2024).

No mesmo sentido: AgR-AgR-REspEI 0600785-81, *DJe* de 25/3/2024; AgR-AREspE 0600372-47, *DJe* de 25/3/2024.

IV. MINISTRO RAUL ARAÚJO

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ESPECIAL. AIJE. FRAUDE NA COTA DE GÊNERO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE MANTEVE A SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS DESCRITAS NO ACÓRDÃO QUE, DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO TSE, CONFIGURAM FRAUDE NA COTA DE GÊNERO. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL A FIM DE JULGAR PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NA AIJE, COM AS CONSEQUÊNCIAS LEGAIS.

I - Da possibilidade de ser declarada, de ofício, pelo julgador a ilegitimidade do partido para figurar no polo passivo da AIJE

1.1. É pacífico o entendimento desta Corte de impossibilidade de pessoas jurídicas figurarem no polo passivo da AIJE, tendo em vista que não podem suportar as sanções impostas pela LC nº 64/1990, quais sejam, cassação de mandato e inelegibilidade. Precedentes.

1.2. De ofício, deve ser reconhecida a ilegitimidade do partido para figurar no polo passivo da AIJE, devendo ele ser excluído da lide.

II - Pedido de desistência do recurso formulado pelo recorrido, vereador eleito, e pedido de aplicação de multa por litigância de má-fé formulado pelo recorrente

2.1. No caso, o recorrido, vereador eleito pelo MDB de Muriaé/MG - cujo DRAP é objeto da presente AIJE - apresentou petição, em 20.9.2023, na qual veicula "*pedido de desistência do Recurso Eleitoral apresentado pelo Requerente*" e "*requer a extinção do presente recurso*" (id. 159550291). Na oportunidade, juntou declaração supostamente assinada pelo recorrente, com a data de 14.4.2021, em que ele requer a desistência do recurso eleitoral, com base no art. 998 do CPC (id. 159550293).

2.2. Instado a se manifestar acerca do pedido mencionado, o recorrente pontuou que, nos termos do art. 18 do CPC, a ninguém é dado postular em nome próprio direito alheio e que a declaração colacionada pelo recorrido é um documento inidôneo e apócrifo, endereçado ao TRE/CE, e nele não consta assinatura do advogado, cujo respectivo campo está em branco. Também ponderou que, na data do aludido documento, isto é, 14.4.2021, nem sequer tinha sido proferida sentença nestes autos, tendo sido apresentadas alegações finais pelo investigante, ora recorrente, em 6.7.2021, nada se cogitando sobre desistência. Ao fim, pleiteou fosse reconhecida a litigância de má-fé do recorrido.

2.3. Verifica-se a nítida intenção do recorrido de tumultuar o processo e retardar o julgamento do presente recurso especial e, por conseguinte, uma possível decisão contra si desfavorável, a qual acarretaria, em caso de provimento do recurso especial, o seu afastamento do cargo de vereador, a evidenciar a violação aos deveres da boa-fé, da lealdade processual, bem como evidenciam a clara intenção protelatória da parte, devendo, conseqüentemente, ser reconhecida a litigância de má-fé, aplicando-se a multa no valor de um salário mínimo, nos termos dos arts. 80, V, e 81, *caput* e § 2º, do CPC, determinando-se seja oficiado à OAB/MG para adoção das medidas que entender cabíveis em relação ao advogado subscritor da petição registrada no id. 159550291.

III - Pedido de desistência da ação formulado pelo autor da AIJE

3.1. Posteriormente ao suposto pedido de desistência do recurso, acima tratado, veio aos autos, em 27.10.2023, petição do advogado do autor apresentando "pedido de desistência" da Ação de Investigação Judicial Eleitoral, assinado pelo próprio autor-recorrente, com firma reconhecida (id. 159673784).

3.2. O pedido de desistência da ação, portanto, somente foi realizado nesta instância superior, quando pendente de julgamento este apelo nobre.

3.3. É inviável o conhecimento do aludido pedido de desistência da ação, visto que o marco processual para ser apresentada tal desistência da ação seria até a prolação da sentença, conforme dispõe o art. 485, § 5º, do CPC. Pedido indeferido.

IV - Recurso especial

4.1. Em relação à alegada violação aos arts. 489, § 1º, IV e VI, do CPC e 275 do CE, o recorrente limitou-se a afirmar não ter a Corte regional suprido as alegadas omissões e contradições, sem desenvolver argumentação acerca desse ponto, o que atrai a incidência do Enunciado nº 27 da Súmula do TSE.

4.2. O recorrente sustenta também haver violação ao art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997, sob o argumento de apenas se pretender novo enquadramento jurídico da base fática constante dos acórdãos recorridos, destacando: (a) a votação ínfima das candidatas; (b) a ausência de campanha eleitoral por parte delas; (c) a declaração de gastos irrisórios nas prestações de contas (rateio apenas do valor referente à confecção de santinhos, os quais foram encontrados na casa das candidatas, e que não foram distribuídos); (d) o recebimento de benesse para o lançamento de candidaturas femininas, inclusive oferta de valor em dinheiro; (e) o pedido de voto para outro candidato a vereador; (f) o grau de parentesco com dirigentes partidários e organizadores da chapa das eleições proporcionais em Muriaé/MG, circunstâncias que, na linha do parecer ofertado pela PRE, se amoldam ao balizamento traçado pela jurisprudência mais recente do TSE acerca da caracterização da fraude na cota de gênero.

4.3. O TRE/MG manteve a sentença de improcedência da AIJE, com base nos seguintes fundamentos: (a) a baixa votação seria apenas um indício de candidaturas fictícias, (b) as candidatas receberam material impresso e que, embora o recebimento de tal material tivesse sido o único gasto de suas campanhas, o mesmo cenário ocorrera nas candidaturas masculinas, (c) não se exige prova de engajamento político, sendo irrelevante a data de filiação das candidatas, se

observado o prazo legal, (d) dos depoimentos colhidos não se pode concluir que as candidatas apontadas como fictícias receberam dinheiro para permitir que seu nome fosse utilizado para preencher a cota de gênero e (e) não ficou comprovado que uma das candidatas apontadas como fictícia fez campanha em sua rede social *Facebook* a favor de candidato concorrente a vereador, mas apenas ao candidato majoritário.

4.4. Para o TSE, "[...] a fraude à cota de gênero deve ser aferida caso a caso, a partir das circunstâncias fáticas de cada hipótese, notadamente levando-se em conta aspectos como falta de votos ou votação ínfima, inexistência de atos efetivos de campanha, prestações de contas zeradas ou notoriamente padronizadas entre as candidatas, dentre outras, de modo a transparecer o objetivo de burlar o mínimo de isonomia entre homens e mulheres que o legislador pretendeu assegurar no art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97" (REspEI nº 0601036-83/SE, rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 6.10.2022, DJe de 24.10.2022).

4.5. A Corte local anotou que, apesar de uma das candidatas ser irmã de outro candidato ao cargo de vereador pelo MDB, o qual recebeu 52 votos, ela obteve 20 votos, o que foi superior a outras candidatas do partido, as quais não foram apontadas como fictícias, afastando a fraude na aludida candidatura. Em relação à outra candidata apontada como fictícia, considerou que houve a desistência tácita de sua candidatura, em razão de o seu filho ter sido acometido por grave problema de saúde, que ficou comprovada nos autos por meio de prova testemunhal.

4.6. No entanto, embora se possa afastar a fraude em relação às duas candidatas acima, relativamente a outras duas candidaturas também apontadas como fictícias persiste o problema. Extraem-se do acórdão regional a presença dos elementos que o TSE entende serem configuradores da fraude na cota de gênero, em especial, a votação pífia, pois foram obtidos 4 e 2 votos, a prestação de contas idêntica à de outras candidatas, com uma única despesa declarada, a filiação no prazo limite e o grau de parentesco com candidatos do mesmo partido disputando o mesmo cargo. Além disso, a prova testemunhal confirma ter havido pagamento em dinheiro para as referidas candidatas manterem as respectivas candidaturas, permitindo que mais dois candidatos homens concorressem naquele pleito.

4.7. Na linha do parecer da PGE, do cotejo entre os fatos descritos nas premissas fáticas do acórdão recorrido e a compreensão encampada pelo TSE a respeito do tema, ressaí que a soma das circunstâncias fáticas do caso concreto demonstra, de forma inequívoca, que duas candidatas foram registradas com o único intuito de cumprir a determinação quanto à cota de gênero prevista no art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997.

4.8. Provimento do recurso especial para: (a) julgar procedente o pedido da AIJE e (b) declarar a nulidade dos votos recebidos por todos os candidatos ao cargo de vereador do MDB de Muriaé/MG nas Eleições 2020; (c) desconstituir o diploma dos candidatos que concorreram por esta grei e cassar o mandato dos candidatos eleitos para o referido cargo naquele pleito; (d) cassar o DRAP da legenda, determinando-se o recálculo dos quocientes eleitoral e partidário; e (e) declarar a inelegibilidade das duas candidatas fictícias para as eleições a se realizarem nos 8 anos subsequentes ao pleito de 2020, nos termos do inciso XIV do art. 22 da LC nº 64/1990. Aplicação de multa ao recorrido no valor de um salário mínimo, nos termos do art. 80, V, e 81, caput e § 2º, do CPC, e determinação de que seja oficiado à OAB/MG para, caso entenda pertinente, adotar as medidas cabíveis em relação ao advogado subscritor da petição registrada no id. 159550291.

(REspEI 0601530-44, DJe 15/3/2024)

No mesmo sentido: REspEI 0600966-15, DJe de 25/9/2023; REspEI 0600362-04, DJe de 31/3/2023.

V. MINISTRA ISABEL GALLOTTI

ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME). FRAUDE. COTA DE GÊNERO. ART. 10, § 3º, DA LEI 9.504/97. PROVAS ROBUSTAS. PROVIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TRE/AL, que manteve a improcedência dos pedidos formulados em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) ajuizada em desfavor dos candidatos registrados pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) ao cargo de vereador de São Miguel dos Campos/AL nas Eleições 2020, por suposta fraude à cota de gênero (art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97).

2. A jurisprudência desta Corte Superior, reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, orienta-se no sentido de que a burla ao percentual mínimo de 30% previsto no art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97, quanto ao registro de candidaturas de mulheres, caracteriza fraude à cota de gênero e enseja a cassação da chapa proporcional registrada pelo partido político.

3. Circunstâncias objetivas, notadamente votação zerada ou ínfima, ausência de prova efetiva de atos de campanha e prestações de contas sem dispêndio de recursos ou padronizadas, autorizam reconhecer a fraude à cota de gênero. Precedentes.

4. A somatória dos elementos contidos no acórdão regional permite concluir que duas candidaturas registradas tiveram como propósito contornar a regra do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97: (a) votação inexpressiva (seis e quatro votos); (b) prestações de contas zeradas; (c) ausência de elementos que denotem a efetiva prática de atos de campanha, tais como militância em redes sociais, participação no horário eleitoral gratuito, mobilização de rua, entre outros.

5. A suposta produção de material de propaganda deve ser acompanhada de prova da sua efetiva distribuição, o que não se evidencia na espécie. Precedentes.

6. Duas circunstâncias adicionais reforçam a fraude quanto à primeira candidata. Segundo o que consta do acórdão recorrido, "[...] o esposo e o filho" prestaram "[...] apoio ao candidato a Vereador, ora eleito, Sr. Wellington da Silva", contudo, não há indícios de disputa ou animosidade política no âmbito da família que justifiquem a dissidência. Também se registrou que a candidata estaria doente durante a campanha, porém, conforme declaração prestada em juízo, "[...] nem sabia que ela esteve doente no ano de 2020, no período de campanha eleitoral, embora frequentasse a residência dela", além do que os documentos trazidos no próprio corpo da contestação revelam que os agendamentos de exames médicos ocorreram antes do período eleitoral (que se iniciou em 27/9/2020) ou depois da eleição (15/11/2020).

7. O provimento do recurso especial não demanda reexame do conjunto probatório, vedado pela Súmula 24/TSE, mas apenas o reenquadramento jurídico das premissas fáticas contidas no acórdão regional.

8. Recurso especial a que se dá provimento para julgar procedentes os pedidos na Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) e, por conseguinte: (a) decretar a nulidade dos votos recebidos pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em São Miguel dos Campos/AL para o cargo de vereador nas Eleições 2020; (b) cassar os respectivos Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e os diplomas dos candidatos a eles vinculados, com recálculo dos quocientes eleitoral e partidário. Prejudicado o pedido de tutela provisória de urgência.

(REspEI 0600002-66, DJe de 2/2/2024).

VI. MINISTRO FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. FRAUDE À COTA DE GÊNERO. ART. 10, § 3º, DA LEI 9.504/97. CANDIDATURA FICTÍCIA. CARACTERIZAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

SÍNTESE DO CASO

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Pará confirmou a sentença que julgou procedentes os pedidos formulados em ação de impugnação de mandato eletivo ajuizada em desfavor do Diretório Municipal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), da Comissão Provisória do Partido Liberal (PL) e dos vereadores eleitos Nilton Zeferino Marques, Daniel Malcher Pereira, Jucenildo Soares Soares e Gleubia dos Santos Chagas, em razão de fraude na composição da lista de candidatos da Eleição proporcional de 2020, realizada no Município de São Caetano de Odivelas /PA, a fim de burlar a cota de gênero exigida pelo art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97.

ANÁLISE DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

2. O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará negou seguimento ao recurso especial eleitoral, por entender que não ficou comprovado o dissídio jurisprudencial, além de ser aplicável o verbete sumular 24 do TSE.

3. Conquanto os agravantes tenham impugnado os fundamentos da decisão agravada, o agravo não pode ser provido, em razão da inviabilidade do próprio recurso especial eleitoral.

4. O recurso especial foi interposto com fundamento na alegação de dissídio jurisprudencial, todavia a tese não prospera, pois o acórdão regional está em harmonia com a orientação desta Corte sobre a matéria controvertida, razão pela qual incide o verbete sumular 30 do TSE.

5. A partir do *leading case* de Jacobina/BA (AgR-AREspE 0600651-94, red. para o acórdão Min. Alexandre de Moraes, DJE de 30.6.2022), julgado que serve de paradigma para o julgamento de ações similares alusivas ao pleito de 2020, a jurisprudência deste Tribunal tem reiteradamente assentado que "a obtenção de votação zerada ou pífia das candidatas, a prestação de contas com idêntica movimentação financeira e a ausência de atos efetivos de campanha são suficientes para evidenciar o propósito de burlar o cumprimento da norma que estabelece a cota de gênero, quando ausentes elementos que indiquem se tratar de desistência tácita da competição" (REspEI 0600001-24, rel. Min. Carlos Horbach, julgado em 18.8.2022). Na mesma linha: REspEI 0600239-73, rel. Min. Alexandre de Moraes, DJE de 25.8.2022; e AgR-REspEI 0600446-51, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE de 15.8.2022.

6. O Supremo Tribunal Federal, em recente julgamento da ADI 6.338/DF, analisou, entre outros, o entendimento firmado por este Tribunal no REspe 193-92 acerca dos elementos indiciários da fraude à cota de gênero, assentando que "fraudar a cota de gênero - consubstanciada no lançamento fictício de candidaturas femininas, ou seja, são incluídos, na lista de candidatos dos partidos, nomes de mulheres tão somente para preencher o mínimo de 30% (trinta por cento), sem o empreendimento de atos de campanhas, arrecadação de recursos, dentre outros - materializa conduta transgressora da cidadania (CF, art. 1º, II), do pluralismo político (CF, art. 1º, V), da isonomia (CF, art. 5º, I), além de, ironicamente, subverter uma política pública criada pelos próprios membros - os eleitos, é claro - das agremiações partidárias" (ADI 6.338/DF, rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, sessão virtual, DJE de 4.4.2023).

7. Extraem-se do voto condutor do aresto regional as seguintes premissas fáticas do caso concreto:
a) das candidaturas femininas registradas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) - Municipal:

i) as candidatas Cristiany Figueiredo Piedade e Izaura da Costa Monteiro Alves não tiveram movimentação financeira na campanha, obtiveram votação ínfima ou zerada e não realizaram atos de campanha;

ii) a candidata Rosiete Pinheiro Nazaré recebeu R\$ 400,00 em bens estimáveis em dinheiro, relativos à doação de santinhos em conjunto com o candidato ao pleito majoritário, os quais não foram apresentados nos autos, obteve votação ínfima de seis votos e não realizou atos de campanha;

b) das candidaturas femininas registradas pelo Partido Liberal (PL) - Municipal:

- i) as candidatas Solange do Socorro Ferreira de Oliveira, Sandely Palheta Moura e Marcia Geanne dos Santos Oliveira apresentaram ínfimo registro contábil, por meio de prestações de contas padronizadas, que registram apenas a doação de bens estimáveis em dinheiro no valor de R\$ 50,00, relativos à confecção de santinhos em conjunto com o candidato à eleição majoritária, os quais não foram apresentados aos autos;
- ii) as três candidatas mencionadas no item anterior não realizaram atos de campanha, obtiveram votação ínfima ou zerada e não comprovaram a movimentação de recursos financeiros de campanha;
- iii) a candidata Helem Luzia Cordeiro Cabral não apresentou prestação de contas, não realizou atos de campanha e obteve votação ínfima de um voto.

8. Na espécie, constam expressamente do acórdão recorrido elementos que, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal, demonstram a prática de fraude à cota de gênero estampada no art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97, em razão de prova robusta da conduta fraudulenta.

9. O Tribunal de origem - soberano na análise dos fatos e das provas dos autos - rejeitou a tese de que a fraude não teria ficado comprovada, refutando argumentos como o de que teria havido desistência tácita de candidaturas ou de que ficou comprovada a realização de atos de campanha pelas candidatas que permaneceram na disputa, conclusão cuja alteração encontra óbice na Súmula 24 do TSE.

CONCLUSÃO

Agravo em recurso especial eleitoral a que se nega provimento, mantendo-se o acórdão regional, o qual julgou procedentes os pedidos formulados na ação de impugnação de mandato eletivo e aplicou as seguintes penalidades e determinações:

- a) a desconstituição do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) do Partido da Social Democracia (PSDB) e do Partido Liberal (PL) do Município de São Caetano de Odivelas/PA, no pleito de 2020, e a anulação dos registros das candidatas e dos candidatos ao cargo de vereador das referidas agremiações;
- b) a cassação dos diplomas conferidos aos agravantes Daniel Malcher Pereira, Nilton Zeferino Marques, Jucenildo Soares Soares e Gleubia dos Santos Chagas;
- c) o imediato cumprimento da decisão, independentemente de publicação, e a recontagem dos votos da Eleição proporcional, com a redistribuição dos lugares aos demais partidos, de acordo com o quociente partidário alcançado, nos termos do art. 109 do Código Eleitoral.

(AREspE 0600988-51, *DJe* de 11/3/2024).

No mesmo sentido: AREspE 0601138-16, *DJe* de 11/3/2024; REspEI 0600435-96, *DJe* de 1º/3/2024.

VII. MINISTRO ANDRÉ RAMOS TAVARES

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. VEREADOR. FRAUDE À COTA DE GÊNERO. ART. 10, § 3º, DA LEI Nº 9.504/97. REVALORAÇÃO DA PROVA. POSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS INCONTROVERSAS QUE CONFIGURAM O ILÍCITO. PARCIAL PROVIMENTO.

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA) reformou sentença de parcial procedência de ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) e de ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) para afastar a prática de fraude à cota de gênero (art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97) ante a reputada ausência de provas robustas.

2. A simples identidade entre os feitos e o respectivo julgamento conjunto, aliados à ausência de instrumento de mandato outorgado pela grei autora da AIJE, a despeito da juntada de

subestabelecimento na AIME, não a elevam à condição de parte na demanda impugnatória, tampouco de legitimada recursal. Preliminar de ilegitimidade recursal do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) acolhida. Legitimidade recursal dos autores da AIME preservada.

3. No caso, colhem-se da moldura fática do aresto regional todas as circunstâncias normativamente aptas e suficientes a configurarem a prática de fraude à cota de gênero no DRAP do Partido Social Democrático (PSD) nas eleições proporcionais de 2020 do Município de Igarapé-Miri/PA, relativamente a candidaturas de Rosicleide Pinheiro de Sousa, a saber: (i) votação zerada, não tendo nem sequer votado em si mesma, a despeito do comparecimento às urnas; e (ii) não comprovação de atos efetivos de campanha, não havendo falar, diversamente das demais candidatas, em gastos particulares, tampouco em propaganda eleitoral na internet, fotos ou filmagens.

4. A simples alegação de desistência precoce da candidatura não é suficiente para justificar a votação zerada que efetivamente ocorreu na espécie. É imprescindível a presença de elementos probatórios suficientes do inequívoco interesse em se candidatar, o que não foi demonstrado nos autos. Nesse sentido: "*a desistência tácita da candidatura não deve ser apenas alegada, mas demonstrada nos autos por meio de consistentes argumentos, acompanhados de documentos que corroborem a assertiva, e em harmonia com as circunstâncias fáticas dos autos, sob pena de tornar inócua a norma que trata do percentual mínimo de gênero para candidaturas*" (REspEI nº 0600986-77/RN, Rel. Min. Sérgio Banhos, DJe de 19.5.2023).

5. O acolhimento do pleito formulado em sede de contrarrazões ao agravo, consubstanciado na admissão de laudo médico como prova pré-constituída ou como documento novo, nos termos dos arts. 349 e 435 do Código de Processo Civil, como elemento motivador da desistência da candidatura, demandaria o reexame de provas, o qual é vedado nesta instância especial, a teor da Súmula nº 24/TSE.

6. É irrelevante para o deslinde da causa o prévio ajuste entre os representantes da coligação e das candidatas com vistas à observância da norma instituidora da reserva de gênero. Nos termos da jurisprudência firmada neste Tribunal, "o elemento subjetivo consistente no conluio entre as candidatas laranjas e o partido político não integra os requisitos essenciais à configuração da fraude na cota de gênero" (AgR-REspEI nº 0600311-66/MA, Rel. Min. Raul Araújo Filho, DJe de 12.5.2023).

7. Votação zerada, aliada à inexistência de gastos eleitorais e de atos efetivos de campanha, demonstra, nos termos fixados no AgR-AREspE nº 0600651-94/BA, a burla ao cumprimento da cota de gênero, estabelecida no art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97.

8. O caso versa sobre ação de impugnação de mandato eletivo (AIME), sendo incabível, portanto, a declaração de inelegibilidade, haja vista que referida sanção é consectário próprio da procedência dos pedidos formulados em AIJE, por força do art. 22, XIV, da LC n. 64/90, o que, como visto, não é a hipótese dos autos.

9. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, "*as consequências do julgamento de procedência da AIME se restringem à perda do mandato eletivo, não sendo possível aplicar a inelegibilidade como sanção no âmbito desta ação eleitoral*" (AgR-REspEI 06000388-40/BA, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 5.9.2022).

10. Provimento do agravo e parcial provimento do recurso especial para: julgar procedentes os pedidos formulados na AIME, a fim de decretar a nulidade dos votos recebidos pelo PSD nas eleições proporcionais de 2020 do Município de Igarapé-Miri/PA; e cassar o respectivo DRAP e, conseqüentemente, o diploma dos candidatos a ele vinculados, com o recálculo dos quocientes eleitoral e partidário, determinando a execução imediata do aresto, independentemente de publicação.

(REspEI 0600001-84, *DJe* de 22/3/2024).

No mesmo sentido: REspEI 0600661-68, *DJe* de 26/2/2024; REspEI 0600669-60, *DJe* de 15/12/2023.

Nesse contexto, e diante da iminência das Eleições 2024, afigura-se relevante consolidar o entendimento sobre o tema de fraude à cota de gênero em um enunciado sumular do TSE, a fim de definir com clareza as diretrizes probatórias suficientes para a caracterização do ilícito, bem como as suas consequências jurídicas, cujo objetivo é de garantir a integridade do processo eleitoral.

Ante o exposto, submeto à aprovação dos pares a proposta de edição da Súmula nº 73 do TSE, nos seguintes termos:

SÚMULA 73 DO TSE. APROVAÇÃO.

A fraude à cota de gênero consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso assim permitirem concluir: (i) votação zerada ou inexpressiva; (ii) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (iii) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros. O reconhecimento do ilícito acarretará: (i) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (ii) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (iii) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

É como voto.

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Presidente, eu, em primeiro lugar, cumprimentando Vossa Excelência e, na pessoa de Vossa Excelência, a todos os Senhores Ministros; o Senhor Vice-Procurador-Geral Eleitoral; senhores advogados; senhores servidores; todos os que nos acompanham.

Em primeiro lugar, cumprimentar Vossa Excelência, por ter trazido este, que é um tema que preocupa.

Como lembrei aqui, ainda, na terça-feira, eu recebi a visita de parlamentares, que pediram, exatamente, que se houvesse essa sedimentação, para que os tribunais regionais eleitorais e os juízes eleitorais tivessem uma orientação mais firme e segura, o que daria tranquilidade a partidos, candidatos a candidatos, para que todo mundo pudesse, enfim, se haver e saber como se comportar neste caso específico, de tornar efetiva e eficaz jurídica, política e socialmente o § 3º do art. 10 da Lei 9.504/1997, que, mais de uma vez, dissemos, desde o início da consolidação do entendimento que Vossa Excelência expõe e propõe nesta súmula, exatamente o que a gente quer que aconteça e que, cada vez mais, possa se ter a igualdade nesta matéria.

Portanto, eu não apenas acompanho Vossa Excelência na aprovação da súmula, como, mais uma vez, agradeço por toda a luta da minha vida, que tem sido pela igualdade, igualdade geral, muito mais à igualdade de gênero, mas por essa consolidação que facilitará muito a vida de juízes, tribunais, mas, principalmente, da sociedade, dos candidatos a candidatos, das candidatas, para que a gente tenha clareza no que se vai decidir e quais as necessidades e, principalmente, os efeitos jurídicos, políticos que advêm do cumprimento ou do descumprimento eventual desta norma.

Portanto, eu estou acompanhando integralmente Vossa Excelência e, mais uma vez, cumprimentando e agradecendo por ter trazido a proposta de súmula.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Agradeço à Ministra Cármen.

Ministro Kassio Nunes Marques.

VOTO

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Renovo os cumprimentos a todos.

Senhor Presidente, eu tenho duas observações em relação à proposta de redação para a súmula. A primeira é quanto à expressão "não cumulativa". Ao longo da conformação dessa jurisprudência, são elementos das circunstâncias, a votação zerada, uma prestação de contas padronizada, ausência de atos efetivos em campanha.

Então, a minha preocupação foi, por exemplo, de sumular que, somente uma votação zerada seria um justo motivo e, automaticamente, seria considerado uma fraude à cota de gênero e, por consequência, teríamos, aí, a eventual cassação de um mandato, a derrubada do DRAP. Essa é a primeira preocupação que eu tive quanto à cumulatividade.

A segunda, nós estamos tentando buscar uma solução - e alguns processos estão ainda com vistas a alguns membros da Corte -, no que diz respeito à derrubada do DRAP, quando não há o rebaixamento do percentual de 30% (trinta por cento), por ocasião de comprovação de fraude à cota de gênero. Então, há uma discussão, ainda transcorrendo na Corte, que tenta fazer uma distinção entre a fraude - a candidaturas fraudulentas - e a fraude à cota de gênero.

Então, a depender da redação da súmula, nós estaríamos aqui consagrando que, independente de estar mantido ou não o percentual de 30% (trinta por cento), ainda que o partido venha com 50% (cinquenta por cento), 60% (sessenta por cento) de candidaturas femininas e que haja uma fraude apenas e que o percentual continue em 55% (cinquenta e cinco por cento), 48% (quarenta e oito por cento), haveria a derrubada do DRAP.

Então, são duas observações que eu não sei se daria para ajustar ou se seria o caso, eu não sei, e aí indago se seria possível.

A minha preocupação é o pleito deste ano. É um pedido de vista, para tentar trazer isso de uma forma mais elaborada e que, talvez, até triangularizando essas informações com Vossas Excelências.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ministro Kassio, obviamente, o pedido de vista é um direito regimental, mas eu...

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Eu sei, mas, eu indago para não, não...

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): ...eu pediria que votássemos, porque ele já foi retirado de pauta duas vezes. Eu distribuí antes e, provavelmente, na volta ao pedido de vista, eu que não estarei à vista aqui. Então...

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: A ideia era trazer na próxima sessão.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Mas eu, mas eu, essas duas questões...

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Porque eu não tenho, se Vossa Excelência indagar, eu não tenho uma redação agora feita, eu tenho as observações, mas, a redação, eu não tenho.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Então, a primeira questão...

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: A primeira seria só da cumulatividade.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): A primeira questão, obviamente, nós decidimos, em cada um dos acórdãos que eu cito aqui, os precedentes de cada - eu fiz questão de colocar um de relatoria de cada um dos ministros -, em nenhum dos casos nós exigimos a cumulatividade.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: É, de fato.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Por isso que se colocou "configura-se com a presença não cumulativa" - para evitar isso - "de um ou alguns dos seguintes elementos". Nós poderíamos colocar, se solucionasse, "configura-se, com a presença não cumulativa, de alguns dos seguintes elementos".

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Presidente, se Vossa Excelência, me permite? Ministro, me permite o aparte?

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Por favor, Ministra Cármen.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Pois não, Ministra.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Eu acho que a solução se dá na própria redação, pelo entendimento de que "as circunstâncias do caso, assim permitirem concluir".

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Sim.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Quer dizer, nós examinamos isso em alguns casos que tinham três votos, mas tiveram outros candidatos com cinco votos e tal.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Isso, a votação zerada...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Portanto, ainda hoje, ou já com a jurisprudência que nós temos, é não cumulativo, para ficar claro que nós não tenhamos que exigir que todos esses elementos, em todos os casos, compareçam, e as circunstâncias dos casos é que nos levam. Eventualmente, a votação é irrisória e, a despeito disso, nós consideramos que não há fraude por isso - porque há outros que demonstram.

Então, eu acho que essa expressão que foi incluída, "sem prejuízo do reconhecimento de fraude quanto aos fatos e, em qualquer caso", talvez, colocar só isso - não lá no não cumulativo, manter o não cumulativo, que está de acordo com os precedentes, com a jurisprudência consolidada e, aqui, considerando-se, em todos os casos, as circunstâncias específicas que conduzem a uma conclusão. Porque toda decisão judicial vai ter que ter motivação. Na motivação, fica expresso.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Sim, sim.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Eu acho que isso resolve bem o caso, enquanto à não cumulatividade, que é o que nós estamos, realmente, com a jurisprudência até aqui. Só se a gente agora for retroceder.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Eu acredito que na nossa jurisprudência, nós não usamos a expressão, não exigimos a cumulatividade, mas também não usamos a expressão não cumulativa.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Em alguns casos, até sim, porque... Mas, enfim, eu acho que considerando...

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Eu acredito que configura-se com a presença de um ou alguns dos requisitos...

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Um ou alguns dos requisitos...

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Porque aí a circunstância vai dizer. É porque a expressão que tem aqui, "de um ou de alguns". Ou seja, se tiver apenas um caso, mas a circunstância demonstrar...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Demonstrar claramente.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: ...um caso resolve.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Por exemplo, ela fazendo campanha para o irmão dela, para alguém, é suficiente.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Para o irmão. Isso já é suficiente. Pronto. Eu entendo.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Então, não pode ser cumulativo.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Porque aí não vai, nesse caso, não vai exigir que tenha outros requisitos. Isso pode ser usado como defesa de quem está fraudando.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Nós temos um caso em que há o recurso, e ao recurso traspassado, há um elemento, neste caso, e ele é suficiente.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: É o suficiente. Mas já está aqui na redação "de um ou alguns".

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Então, tem que ser "um ou alguns". Um ou alguns, sim. O que não pode é eliminar.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Uma sugestão que talvez contemple as duas preocupações, que são preocupações importantes, do Ministro Kassio, nós poderíamos ficar assim: "a fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos". Porque, aí, nós já colocamos que são os 30% (trinta por cento) e um ou alguns.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: O exemplo da ministra Cármen foi muito cirúrgico. Um pode ser mais do que suficiente...

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): É, porque um pode ser mais do que suficiente.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: ...fazer campanha para o cunhado ou para um outro parente, já é suficiente, está comprovado que teve fraude.

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: A presença não cumulativa de alguns dos seguintes...

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Não, a redação, eu estou de acordo com a redação proposta pelo Ministro Alexandre...

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ótimo.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: ...porque ele fala de "um ou alguns". Então, pode ser de um ou pode ser de alguns, a depender da circunstância.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: A depender da circunstância.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Haverá uma circunstância em que um dos elementos pode comprovar, como, por exemplo, a candidata estar fazendo campanha para o sogro.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Nós tivemos aqui um caso em que a candidata fazia campanha para o cunhado...

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Pedindo voto.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Aparecia nas redes sociais, pedindo votos. Exatamente.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Senhor Presidente.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ministra Isabel, por favor.

VOTO

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Senhor Presidente, cumprimento a todos os presentes, na pessoa de Vossa Excelência, assim também como aqueles que nos ouvem pela internet.

Peço licença para observar que penso que se colocarmos "um ou alguns" não vai mudar em relação ao que está aqui, porque um é exatamente o que diz a expressão não cumulativa; ou seja, do jeito como foi proposta a súmula com a presença não cumulativa, esse "não cumulativa" já quer dizer que basta um.

O requisito que me causa mais dificuldade é o da prestação de contas padronizada. Isso porque é comum, especialmente em eleições de vereadores, haver prestações de contas padronizadas. Os candidatos a vereador, em municípios menores, nem sempre podem ter o requinte de dispor de um contador que faça as contas de forma correta, computando todas as doações e demais receitas e

despesas, doações essas que podem ser feitas pelos partidos políticos de forma isonômica para todos. Dessa forma, se a padronização de contas for por si só suficiente para comprovar a fraude, pode conduzir ao reconhecimento de fraudes em casos em que não há fraude.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: A proposta de Vossa Excelência seria...

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Seria para tirar a expressão "não cumulativa", ou mantê-la, seguida de uma expressão: "a depender das circunstâncias".

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Então, pelo que eu entendi, a proposta do Presidente foi essa...

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): A retirada do "não cumulativa"...

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Ele concordou com a retirada do não cumulativa e mantendo "um ou alguns", a depender da circunstância.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Exatamente. Então, a proposta, a partir das sugestões do Ministro Kassio e da Ministra Isabel, seria: "a fraude à cota de gênero" - daí vamos acrescentar aqui - "consistentes no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) das candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos", tiramos o "cumulativa".

E lá embaixo está: "sem prejuízo do reconhecimento quando os fatos e as circunstâncias do caso assim permitirem concluir".

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Certo. Assim eu estou de acordo.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ministro Kassio?

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Estou de acordo.

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Seria considerando-se em todos os casos e circunstâncias?

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Exatamente. A Ministra Cármen, que já havia votado, concorda com essa nova orientação?

ESCLARECIMENTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Concordo. Neste caso, sendo "um ou alguns", e o juiz vai examinar cada caso. Ratifica, então...

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ministra...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Desculpa.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Por favor.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Não, apenas para dizer, com a presença de "um ou alguns".

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Exato. Dos seguintes elementos. Exato. Ministro Kassio. Ministro Raul.

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Sim. Apenas cumprimentando Vossa Excelência, também nas manifestações antecedentes, acho relevante se colocar: considerando-se, em todos os casos, as circunstâncias específicas da hipótese.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Sem prejuízo? Considerando-se os fatos e as circunstâncias.

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Considerando-se as circunstâncias do caso.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Exato, para uma nova sugestão, para tentar conciliar todas as redações aqui, a partir da colocação também do Ministro Raul, nós podíamos puxar a parte final para o início.

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Só... quando só até a circunstância.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Exato, poderia ficar assim: "a fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por

cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso assim permitirem concluir," e daí colocamos. Ok?

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Acho que está bem.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Ótimo.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ministra Isabel.

VOTO (continuação)

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Senhor Presidente, com essa primeira parte eu estou de acordo. Em relação à segunda parte, que é a questão da cassação do DRAP...

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Das consequências.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: ...e das consequências. Penso que, se não houver uma ressalva, estará de certa forma compreendida a questão de quando houver uma mulher eleita que tenha, por si só, os votos suficientes, independentemente do voto dos companheiros de DRAP, para ser eleita - que é um caso que está sob apreciação desse Tribunal, porque ela sozinha, se não tiver nenhum voto do partido, ela teria o coeficiente eleitoral. E esse caso está pendente de vista - entre outros, mas esse é o que me impressiona mais.

Então, eu pondero se seria possível, depois de, se for o caso, em vez de ponto, colocar: "ressalvada a existência de mulher eleita, quando deverão ser examinadas as consequências do caso concreto".

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Essa é a proposta da Ministra Isabel.

Ministra Cármen.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Eu acho que súmula é o conjunto de uma jurisprudência consolidada e, como disse bem agora a eminente Ministra Isabel Gallotti, é a primeira vez que isto vem, que eu, por exemplo, votei contra, porque considero um retrocesso para a grande luta da nossa vida, que é a de melhorar as condições da mulher, impedindo fraudes. Quer dizer, não permitindo que isso seja fomentado, facilitado, como está no voto da Ministra Rosa Weber, que eu li na sessão passada, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6338.

Então, Presidente, como aqui é uma súmula que consolida o que já se tem, se vier a ter mudança, a gente mudaria a súmula depois, quando ela for consolidada em sentido diverso.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Ou eventualmente poderia excepcionalizar um ou outro caso, a depender das circunstâncias, mas concordo com Vossa Excelência, a súmula...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Mas isso não pode ser sumulado porque é...

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): A súmula tem de ser a consolidação.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: A súmula é o resumo de uma jurisprudência consolidada, que orienta juízes e tribunais. Ora, se nem nós não chegamos a um consenso em um caso, sumulado não pode ser - na minha compreensão.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Então, por isso é que eu voto contra.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Essa súmula, ela vai prejudicar os casos que estão pendentes de vista.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Mas a súmula é sobre o passado. Então, se nós estamos com a jurisprudência consolidada, será aplicada, porque senão, nós vamos desigualar.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Na verdade, Ministra Isabel, ao colocarmos lá no início que há necessidade da análise dos fatos e circunstâncias de cada caso, então isso garante a excepcionalidade de algumas hipóteses.

Mas, então, Vossa Excelência faz essa ressalva?

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Faço. E eu penso que essa jurisprudência, nesse aspecto, realmente não está consolidada. E, por isso, não deveria haver uma redação que não permitisse o Tribunal alcançar uma consequência diversa do que está dado em súmula, como consequência inexorável.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Agradeço, então.

Na verdade, não é nem uma ressalva, é uma divergência parcial da Ministra Isabel Gallotti.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Sim. Exato.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Ministro Floriano.

VOTO

O SENHOR MINISTRO FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES: Senhor Presidente, Ministro Alexandre de Moraes; Senhora Vice-Presidente; Senhor Ministro Kassio Nunes, a quem cumprimento de público, pelo aniversário; Ministro Raul; Ministra Isabel; Ministro André; Vice-Procurador, Alexandre; Senhor Secretário; senhores e senhoras advogados e advogadas.

Três pontos, aqui, apenas para destacar.

Primeiro, eu concordo com a redação, com esses ajustes que foram feitos.

Segundo, Ministra Isabel, eu, como responsável por ter levantado essa discussão, entendo que, no estado da arte, a súmula reflete a jurisprudência. Com a abertura que a alteração redacional feita aqui em Plenário permitiu, ela não impede que se evolua, em casos que são concretos e muito específicos, como este que nós estamos a discutir, que se excepcione a aplicação do que venha a ser sumulado, em virtude das circunstâncias do fato, mas existe já uma consolidação de que, nestas circunstâncias denotadoras da fraude à cota de gênero, as consequências são essas. Exceções a uma súmula, muitas vezes, criam uma jurisprudência que vai, depois, implicar na superação da súmula.

Então, eu, ressaltando que não vejo, na súmula, uma interdição à discussão desses casos que surgem no debate circunstanciado dos casos, aprovo e louvo, aqui, para concluir, Senhor Presidente, porque, ao fazer isso, neste momento, nós estamos cumprindo o comando do art. 30 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e sinalizando, não só para os partidos, mas para os candidatos, qual é a posição consolidada, no estado da arte deste Tribunal, a respeito da fraude à cota de gênero.

Então, eu acompanho a sugestão do Ministro Relator, Ministro Alexandre, com os ajustes que, agora há pouco, foram feitos.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (relator): Agradeço ao Ministro Floriano.

Ministro André.

VOTO

O SENHOR MINISTRO ANDRÉ RAMOS TAVARES: Senhor Presidente, Ministro Alexandre de Moraes, cumprimento Vossa Excelência; cumprimento, ainda, a Vice-Presidente, Ministra Cármen Lúcia; o Ministro Kassio Nunes Marques; o Ministro Raul Araújo; a Ministra Isabel Gallotti; o Ministro Floriano de Azevedo Marques; cumprimento o Doutor Alexandre, Vice-Procurador-Geral Eleitoral; o Doutor Rogério Galloro. Cumprimento, ainda, os servidores, os advogados que nos acompanham, enfim, todos os que nos acompanham.

Senhor Presidente, inicialmente, só para registrar aqui também meus cumprimentos a Vossa Excelência, por ter trazido este importante assunto para o âmbito de uma súmula. Acho que isto é altamente relevante, em face não apenas do nosso dever de aprimorar sempre o trabalho da própria Justiça Eleitoral, mas também em face de tudo o que tem chegado até aqui, de maneira que essa Corte tem trabalhado intensamente, para reformar inúmeras decisões que não reconheciam a fraude à cota de gênero, quando ela ocorrer.

E, então, deixo aqui meus cumprimentos por este passo importante na defesa da política, em face da defesa da mulher e da participação da mulher, especialmente na política e nos espaços de poder.

Eu estou de acordo com a redação, da forma como ela foi agora reajustada, uma vez mais. Havia algumas indicações que eu havia feito, mas agora estou já contemplado pelos ajustes, na primeira parte.

E, quanto à segunda parte, Senhor Presidente, só lembrando aqui: hoje mesmo nós teremos a retomada de um dos casos, em que nós estamos discutindo este assunto, que é o de Granjeiro - está na pauta. Evidentemente que pode...

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Terça-feira.

O SENHOR MINISTRO ANDRÉ RAMOS TAVARES: Ficou para terça? Ah, então está bem.

Mas, de qualquer maneira, aquele caso é diferenciado e pode não haver ainda um equacionamento diferente.

E relembro também que, desde o primeiro caso, de Valença do Piauí, este assunto das cotas das mulheres - de eventualmente se flexibilizar, para não atingir uma mulher eleita que não tivesse participado diretamente, com votação zerada, prestação de contas padronizada - já constava ali do primeiro acórdão, do acórdão de Valença, e que isso foi afastado, no sentido de prevalecer efetivamente a queda de toda a chapa do DRAP.

De maneira que eu reforço aqui: acho que a súmula está de acordo com a nossa jurisprudência. E, evidentemente, há o compromisso de que, caso a jurisprudência se altere, que essa súmula também venha eventualmente a ser alterada, Senhor Presidente.

Então, resumindo, estou de acordo com a redação.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Agradeço ao Ministro André.

Eu me equivoquei. Entendi que, no aparte que o Ministro Raul Araújo havia feito, ele já teria votado. Peço desculpas ao Ministro Raul Araújo e passo a palavra ao nosso Corregedor.

VOTO

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Senhor Presidente, nada a desculpar.

Acho que, com os reajustes de redação que foram feitos por meio desses debates, nós estabelecemos três pontos importantes, que é a preservação do percentual mínimo de 30% (trinta por cento), também a referência à necessidade de se considerarem as circunstâncias do caso concreto - porque estamos tratando de fraude e, assim, não pode ser objetivamente presumida, há que se agregar a um elemento volitivo necessário, não se pode conceber uma fraude sem um propósito específico, de modo que são importantes essas duas menções.

E, com relação à segunda parte da súmula - que até poderia ser uma outra súmula -, é importante que, ao aprovarmos a súmula como está, levem-se em conta as ponderações que foram feitas acerca de exceções que possam surgir, que é objeto de preocupação da eminente Ministra Maria Isabel Gallotti e também minha e de alguns de nós, de modo que o reconhecimento, em regra, acarretará essas consequências, mas poderemos, em algum caso, afastar a incidência da súmula, quando as circunstâncias forem excepcionais.

E, se isso não está sendo rejeitado ao aprovarmos também a segunda parte da súmula, eu estou de acordo.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Então, Vossa Excelência acompanha...

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Acompanho.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): ... integralmente.

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Porque estou entendendo que o Colegiado está admitindo que...

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Exatamente.

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: ...em casos excepcionais, poderá ser afastada a incidência da súmula.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): E isso ficará nos debates.

PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Então, proclamo o resultado: o Tribunal, por maioria, aprovou a criação da Súmula 73, do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao tema Fraude à Cota de Gênero, nos termos do voto do relator, com os ajustes propostos pelos Ministros Kassio Nunes Marques e Raul Araújo, nos seguintes termos: "a fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos - quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir: 1) votação zerada ou inexpressiva; 2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e 3) ausência de atos efetivos de campanha, divulgação ou promoção de candidatura de terceiros. O reconhecimento do ilícito acarretará: 1) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; 2) a inelegibilidade daqueles que praticarem ou anuírem com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); e 3) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222, do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224, do Código Eleitoral, se for o caso". Vencida parcialmente a Ministra Isabel Gallotti.

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO: Nessa redação última, tem a referência àqueles 30% (trinta por cento), não tem?

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (presidente): Tem, expressamente "consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas".

Então, agradeço a todos.

Acho, realmente, importante nós aprovarmos essa súmula. Já é um direcionamento para a questão da fraude à cota de gênero nas Eleições 2024, uma vez que os casos demonstram, Ministra Cármen e Ministros, que, nas eleições municipais, há um número muito maior de fraudes à cota de gênero do que na eleição nacional. Então, aqui, a partir disso, os tribunais regionais eleitorais e os juízes eleitorais estarão, já, com o direcionamento importante para fazer aplicar, em todo o território nacional, o respeito à cota de gênero.

EXTRATO DA ATA

PA nº 0000323-45.2013.6.00.0000/DF. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Interessado: Tribunal Superior Eleitoral.

Decisão: O Tribunal, por maioria, aprovou a criação da Súmula nº 73 do TSE com o seguinte teor: "*A fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir: (1) votação zerada ou inexpressiva; (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros. O reconhecimento do ilícito acarretará: (a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos*

votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.", nos termos do voto do Relator, com os ajustes propostos pelos Ministros Nunes Marques e Raul Araújo, vencida, parcialmente, a Ministra Isabel Gallotti.

Composição: Ministros Alexandre de Moraes (Presidente), Cármen Lúcia, Nunes Marques, Raul Araújo, Isabel Gallotti, Floriano de Azevedo Marques e André Ramos Tavares.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DE 16.5.2024.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL(12626) Nº 0606908-26.2022.6.26.0000

PROCESSO : 0606908-26.2022.6.26.0000 AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL
(SÃO PAULO - SP)

RELATOR : STF1 - ocupado pelo Ministro Presidente Alexandre de Moraes

AGRAVANTE : MARCIO MASSAMI NAKASHIMA

ADVOGADO : LUIS AUGUSTO BORSOE (221247/SP)

ADVOGADO : RICARDO PEDROSO STELLA (408779/SP)

FISCAL DA
LEI : Procurador Geral Eleitoral

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 0606908-26.2022.6.26.0000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO

Relator: Ministro Alexandre de Moraes

Agravante: Márcio Massami Nakashima

Advogados: Luis Augusto Borsoe - OAB: 221247/SP e outro

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEPUTADO ESTADUAL. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADE NA DESPESA COM PAGAMENTO DE PESSOAL. DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE VALORES AO ERÁRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 24 DA SÚMULA DO TSE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM FUNDAMENTO NO ART. 1.030, I, a, DO CPC. MANUTENÇÃO DO TEMA 181. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão que negou seguimento ao Recurso Extraordinário com fundamento no art. 1.030, I, a, do CPC.

2. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no julgamento do RE 598.365-RG, Rel. Min. AYRES BRITTO, Tema 181, assentou entendimento no sentido de que a questão relativa aos pressupostos de admissibilidade de recursos de competência de outros Tribunais não apresenta repercussão geral, dado que as ofensas à Constituição Federal, caso existentes, ocorreriam de modo indireto.

3. Agravo Regimental desprovido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do relator.

Brasília, 23 de maio de 2024.